

ANNA CAROLINA
MORIZOT TOURINHO

O PODER PÚBLICO INADIMPLENTE

*Uma busca por mecanismos para
garantir o cumprimento de obrigações
do Poder Concedente em contratos de
concessão de serviço público*

Editora Lumen Juris
Rio de Janeiro
2019

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Categoria: Direito Administrativo

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

1153676

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

T727p

Tourinho, Anna Carolina Morizot

O poder público inadimplente : uma busca por mecanismos para garantir o cumprimento de obrigações do poder concedente em contratos de concessão de serviço público / Anna Carolina Morizot Tourinho. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.

212 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 189-194.

ISBN 978-85-519-1424-3

1. Direito administrativo. 2. Contrato de concessão.
3. Inadimplemento. 4. Poder concedente. 5. Serviço público.
I. Título.

CDD 342

Sumário

Introdução	1
1. A Concessão como Contrato.....	9
1.1 Um panorama dos contratos de concessão no ordenamento jurídico atual	9
1.2 A visão da doutrina tradicional sobre o contrato de concessão e suas peculiaridades	15
1.3 A concessão como contrato bilateral	25
1.4 A vinculação da Administração Pública ao contrato de concessão.....	32
2. O Descumprimento de Obrigações Contratuais pela Administração Pública.....	47
2.1 Descumprimento ativo: alterações unilaterais pela Administração Pública sem a devida motivação	50
2.1.1 Alteração unilateral ou descumprimento?	55
2.1.2 Alterações Tácitas	63
2.1.3 A renegociação do contrato pelas partes como descumprimento contratual.....	66
2.2 Descumprimento passivo: descumprimento de obrigações contratuais pela Administração Pública por omissão.....	69
2.2.1 Obrigação de fazer	70
2.2.2 Obrigação de pagar	78
2.3 Descumprimento por ação de terceiros.....	86

3. Mecanismos para Exigir o Cumprimento de Obrigações do Poder Concedente.....	103
3.1 Mecanismos preventivos.....	104
3.1.1 Matriz de riscos e obrigações: como evitar o inadimplemento das partes através de uma melhor alocação dos riscos do contrato	105
3.1.2.1 Distribuição de riscos previstos na lei	108
3.1.2.2 Critérios para distribuição de riscos.....	110
3.1.2.3 A medida certa da flexibilização dos contratos ...	111
3.1.2 Alterações legislativas.....	115
3.1.2.1 Penalidades contratualmente previstas para o poder concedente	116
3.1.2.2 Garantias da Administração Pública para cumprimento do contrato	121
3.1.3 Dispute boards ou Comitê de Resolução de Conflitos.....	127
3.2 Mecanismos reativos	133
3.2.1 Exceptio non adimpleti contractus	133
3.2.2 Medidas Judiciais.....	138
3.2.2.1 Ação pelo procedimento comum e tutela provisória	141
3.2.2.2 Mandado de segurança	143
3.2.2.3 Ação cominatória.....	144
3.2.2.4 Ação monitória	147

3.2.3 Métodos alternativos de solução de conflitos	150
3.2.3.1 Arbitragem.....	151
3.2.3.2 Mediação e Conciliação	158
3.3 Mecanismos de compensação	161
3.3.2 Reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.....	161
3.3.2 Indenização por perdas e danos: A responsabilidade civil do poder concedente face ao inadimplemento	169
Conclusão.....	175
Referências	189